



A POLÍTICA COMO MARCA IDENTITÁRIA: UMA ANÁLISE DO *FILOCTETES*, DE SÓFOCLES

Matheus Barros da Silva¹

Resumo:

Os Gregos inventaram a Política, a palavra e ação, ou seja, a decisão partilhada, a deliberação conjunta pelos cidadãos sobre os desígnios da Pólis. Cremos que tal movimento distingue os Gregos antigos de outros povos da Antiguidade que sempre estiveram organizados em formas monárquicas de governo, como por exemplo, os Egípcios, Mesopotâmios, Hebreus, Hititas, e outros. Nossa proposta de trabalho tem como objetivo um estudo da tragédia *Filoctetes*, de Sófocles, encenada em Atenas no ano de 409 a.C., e vencedora das Grandes Dionisíacas daquele ano. Trabalhamos em uma perspectiva que encara a Tragédia Grega como Arte Política, em outras palavras, o espetáculo trágico pode ser visto como forma de arte na medida em que obedece a um cânone estético próprio, e é político no sentido em que pode ser compreendido como arena de debates políticos, assim como as assembleias e tribunais da pólis. Temos a intenção de pinçar nesta obra algo que nos diga a respeito sobre o “ser” grego no que concerne à participação política na cidade. Atenas é o exemplo maior. Assim, levando em conta que a Tragédia Grega é uma instituição da cidade, falando para e sobre a Pólis buscamos compreender o que a obra escolhida pode nos dizer da prática política antiga enquanto critério de certa identidade grega, ateniense se assim podemos melhor delimitar.

Quadro teórico

O título do presente texto traz consigo dois conceitos que funcionam como chave interpretativa do que pretendemos expor ao longo do trabalho. Assim, temos identidade e política. Pensamos ser válido apresentarmos as linhas gerais de tais noções e como as articulamos em nosso estudo.

Começamos por identidade. Identidade é um conceito que se alinha ao plano das representações sociais, ou seja, imagens criadas por comunidades, grupos sociais, classes, etc., com a ideia fundamental de elaboração de um sentimento de pertencimento. Construção com objetivo de produzir coesão social. Isto sempre é uma tentativa, em alguns casos melhor sucedidos que outros, pois, tendo em conta que o âmbito do social é composto por tensões entre os grupos que o compõe, a busca por dirimir os antagonismos é acidentada.

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mestrando. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). matheusbarros.dasilva@gmail.com



Outro aspecto que caracteriza a questão de identidade é ser relacional. Com isso queremos dizer que, a construção de uma marca identitária sempre se dá na anteposição de um outro, uma diferença. Frente ao que se afirma ser está a estrangeiridade do outro, também é construída.

Falamos em construção de identidade, de si e de outros. Mas cabe um esclarecimento, tal construção, mesmo que em certa medida se apresente como elaboração mental, não parte do nada, não é algo puramente abstrato, pois, há dados que possuem concretude. A construção identitária, entre vários fatores, pode ser dar a partir de características de fenótipos, valores sociais e culturais, dando sentido e coerência à determinada sociedade. Tais elementos sempre carregam a função de destacar e singularizar aqueles que os detém. Esta multiplicidade apresentada pode também abarcar questões territoriais, bem como, práticas sociais definidas. Sandra Jatahy Pesavento aponta o que seria a função da identidade, “as identidades são, no caso, ficções criativas que situam o indivíduo no espaço, no tempo, no social mesmo no mundo” (Pesavento, 2005, p. 91).

Desta maneira, ligadas ao imaginário social, as identidades se configuram como matrizes de práticas sociais, ou seja, apresentam um conjunto de ações e valores que seriam próprios ao grupo social de que se faz parte (Pesavento, 2005, p. 91). Tais elementos devem trazer um reconhecimento social.

Podemos debruçarmo-nos sobre a questão da política. Um conceito atualmente esgarçado, onde se afirma que tudo é político e assim, em nossa visão, a capacidade heurística do conceito pode perder-se. Não é nosso objetivo analisar a política atual, seja no plano nacional ou internacional, embora tenhamos consciência que no alvorecer da Modernidade, após o período teológico do Medievo, quando o Ocidente procura pensar a existência humana sobre outras bases, é para a chamada Antiguidade Clássica que os olhares se voltam².

Nosso exercício é mais circunscrito. A política antiga que nos interessa. Evidentemente que ao falarmos em política em *lato sensu* questões como, governo e autoridade aparecem, e de nenhuma forma queremos dizer que outras culturas não tenham

² Mesmo na Idade Média a cultura clássica não se apagou por completo. O Cristianismo, iniciado como uma pequena seita de matriz judaica se comporia ao longo dos séculos de muitos elementos greco-romanos, evidentemente lidos pela lente cristã, o que fica evidente no peso dado a figuras, como Platão e Aristóteles pelos primeiros padres, chamados pais da Igreja.



elaborado reflexões complexas sobre tais tópicos. Mas sem dúvidas o que chamamos por política é criação grega³. Como afirma Moses Finley, “Afinal de contas foram os gregos que descobriram não apenas a democracia, mas também a política – a arte de decidir através da discussão pública – e, então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada” (Finley, 1988, p. 26-27).

Desta forma, a política é a decisão partilhada, o convencimento do outro, incitação à ação pública nos caminhos deliberativos da pólis⁴ (Trabulsi, 2001, 81-82). A política tem seu nascimento concomitantemente com a pólis, esta célula em que os gregos pensavam ser o lócus da vida civilizada⁵.

Para encerrar este momento do estudo, podemos fazer algumas afirmações que articulem ambos os aspectos trabalhados. Identidade, ou melhor, identidades, apresentam-se com maior ou menor fluidez, mais ou menos concretude. A identidade de um dado grupo é negociada, obedece a necessidades individuais e comuns, que se transfiguram no processo histórico. No mundo grego não é diferente, e desta forma, o conceito de identidade funciona de maneiras diversificadas.

O olhar grego sobre si mesmo muda no tempo e espaço, o sentimento de pertencimento passa por mitos de origem, heróis epônimos, circunscrição territorial, praticas sociais, culturais e religiosas. Frequentemente todos estes elementos agem simultaneamente, por exemplo, um grego poderia possuir uma carga identitária que desse sentido a sua existência a partir de um pertencimento a uma pólis, dentro desta a um demo, e ainda assim, a um grupo social ou a determinado culto religioso. Neste sentido, é que aponta Finley ao falar das dificuldades do trabalho com questões de identidade entre os helenos (Finley, 2002, p. 16).

³ Que tenha existido processos deliberativos entre outros povos antigos, como mesopotâmios, ou nas chamadas democracias tribais contemporâneas não é nossa intenção negar. Mas temos de forma clara que o impacto histórico destes exemplos sobre nossas sociedades ocidentais é sensivelmente fraco ou mesmo nulo. São os gregos que podem ser vistos como um germen da política moderna. Como escreve Finley, “Os gregos – e isso ninguém poderá contestar – foram os primeiros a pensar sistematicamente sobre política, a observar, descrever e, finalmente, formular teorias políticas” (Finley, 1988, p. 27).

⁴ Os termos pólis, cidade e cidade-estado serão utilizados de forma a serem intercambiáveis.

⁵ Em sua obra *A Política*, Aristóteles marca bem este peso da pólis, afirmando que aqueles que vivem fora da cidade, ou são menos que humanos, ou estão para além desta condição.



Desta forma, entendemos a política, concepção singular da convivência elaborada pelos gregos distinguindo-os diante de outros, os chamados bárbaros. É como se a prática política fosse algo evidente aos gregos, algo central na vida. Aristóteles ao escrever, no século IV a.C. sobre o humano como ser destinado a viver na pólis (*Política*, I, 1,9), expressava um pensamento que estava no ar. O plano do político realizava a clivagem dos homens diante de deuses e animais (Trabulsi, 2001, p. 80.).

Neste sentido, a intenção do presente texto procura construir uma problemática que articule a prática política e seus valores com o universo trágico apresentado por Sófocles em sua peça *Filoctetes*.

O *Filoctetes* e a política

No século V a.C, a Tragédia tem seu momento de apogeu. Criação ateniense, o trágico surge em meio aquela nova forma de convivência criada pelos gregos, a política. É no efervescente universo político que devemos buscar compreender o sentido do trágico. A Tragédia põe sob discussão questões que se ligam aos debates acalorados da *ἀγορά* (praça pública) e *ἐκκλησία* (assembleia). Mas o faz de uma forma própria, ou seja, se na vida cotidiana da pólis não havia dúvida sobre o peso da participação do cidadão nos desígnios da cidade, a Tragédia discute justamente a natureza desta participação, os limites da ação humana, nas palavras de Christian Meier é a “infraestrutura mental” da política e da pólis que o trágico toma como sua problemática (Meier, 1991, p. 10).

Há Tragédia na medida em que existe o debate até onde o humano pode agir, ou de que lado está a justiça, ou seja, o trágico tira sua força e mesmo seu impulso de uma ambiguidade que permeia o pensamento grego de então. Louis Gernet, através de uma análise do vocabulário e das estruturas de cada tragédia, indica que a matéria trágica encontra-se no nascente pensamento político, social e jurídico da pólis. Assim, observamos no interior dos textos trágicos tensões entre diferenciadas concepções de justiça e direito, por exemplo. A cena trágica é nas palavras de Pierre Vidal-Naquet um *miroir brisé* (Vidal-Naquet, 2002, p. 17), um espelho quebrado a refletir divisões e incertezas que existem na cidade.



Este aspecto de ambiguidade é sintetizado nas discussões dos textos trágicos. Sempre marcados pela questão do poder, autoridade e limites do agir humano, onde o herói está solitário, não constitui paradigma suas ações e o que vemos é o triunfo dos valores coletivos da nova cidade democrática (VERNANT; NAQUET-VIDAL, 1988, p. 7-8). Com efeito, a Tragédia elabora um espaço para uma nova mentalidade onde a ação humana e seus limites são debatidos tendo em conta a natureza da convivência dos πολίται (cidadãos) na pólis. Compreendemos o sentido da Tragédia como sendo uma manifestação política onde o problema central é o debate sobre a igualdade. Na cena encontra-se ações que se interseccionam, sobrepõem umas as outras, e a Tragédia apresenta os limites da manifestação destas vontades. É este o espaço de discussão que o trágico elabora na sociedade grega e trabalha elementos intelectuais caros a esta nova forma de convivência, a política, onde o diálogo assume preeminência e processos deliberativos constituem uma prática real.

Analisaremos mais de perto o *Filoctetes*, de Sófocles. Encenada em 409 a.C, em Atenas, a peça sagrou-se vencedora da Grande Dionisíaca de então. Lembremos que a seleção das peças montadas, assim como a vencedora, era decisão da pólis. Esta tragédia diz algo sobre a cidade e para a cidade.

O argumento da peça pode ser apresentado em linhas gerais da seguinte maneira: A tragédia tem como cenário a ilha de Lemnos, habitada apenas por Filoctetes, abandonado neste local por Odisseu e os Atridas⁶. A cronologia do drama se dá ao final da Guerra de Tróia, momento que os gregos veem-se diante das invencíveis muralhas do país de Príamo. Um vate de Ílion, chamado Heleno, proclama palavras oraculares, pois, dizem que a vitória grega só virá caso Filoctetes seja restituído ao seu posto de guerreiro aqueu. Assim, Odisseu juntamente com Neoptólemo, jovem rebento de Aquiles, partem à Lemnos na intenção de resgatar o arqueiro Filoctetes. Tem-se aí o começo da ação.

Mas a problemática do drama não reside tanto na ação que deve ser empreendida, mas antes a encontramos na natureza dos meios e caminhos que devem levar a termo o objetivo pretendido, levar Filoctetes ao campo de batalha novamente. Cada personagem possui contornos e caracteres bem definidos.

⁶ Referência aos filhos de Atreu, Agamêmnom e Menelau.



Odisseu em toda a ação da tragédia é associado com elementos que evocam o ato de enganar, ludibriar e agir apenas pensando no lucro final, como aparece em uma de suas primeiras falas, “O momento não nos é para longos discursos, não vá ele perceber também que cheguei e lance eu por terra todo o plano com que penso em breve captura-lo” (*Filoctetes*, vv. 12-14). O pensar de Odisseu aparece no conceito de σοφισμα, dando um tom de agir precedido de uma reflexão muito ponderada, talvez uma frieza se assim possa dizer. Outra fala reveladora de Odisseu, é sobre a questão da palavra, do λόγος, “De Filoctetes tu precisas a alma roubar palavras proferindo” (*Filoctetes*, vv. 55-56). Direcionando estas palavras a Neoptólemo percebemos o peso do λόγος, do argumento. Mas Odisseu é conhecido por sua relação com um tipo de argumento específico, o δόλος, traduzido por astúcia (*Filoctetes*, vv. 101). Uma inteligência que atua sob a penumbra, sob a égide das meias verdade e ψεῦδος, mentira, falso. Assim, Odisseu aparece na obra de Sófocles como alguém que seduz pela palavra.

Temos Filoctetes, herói homônimo da peça. Nele é perceptível elementos da tradição heroica arcaizante, ou seja, valores que se mostram inquebrantáveis. É o que vemos quando o arqueiro se recusa a colaborar com aqueus e fundamentalmente com Odisseu, Agamêmnon e Menelau, “Nunca, nunca! Fica sabendo que isto é imutável, mesmo que o ignífero lança-raios venha a me fulminar com os raios de seu trovão” (*Filoctetes*, vv. 1197-1199). São contornos do herói homérico que vemos, postura inflexível. Reafirmada em:

Filoctetes: Mas então devo ceder? Depois como desafortunado, permanecer sob a luz, tendo feito isso? A quem falarei? Como, ó olhos que veem tudo à minha volta, isso podereis suportar, que eu conviva com os filhos de Atreu, os que me arruinaram? (*Filoctetes*, vv. 1353-1357).

Percebemos a moral heroica e sua aversão ao que chamaríamos de vergonha. A inflexibilidade de Filoctetes é total, incapaz de conceber uma realidade onde se deixe vergar, em que seja convencido a descurar de seu orgulho heroico. É precisamente neste ponto que encontramos duas marcas do herói trágico sofocliano, se assim possa dizer. Primeiramente, sempre um ser a viver em completa resignação, em uma posição que não permite ouvir e ponderar argumentos que não os seus. Em segundo lugar, podemos dizer que o trágico se



consubstancia quando o herói, realizando todas as ações que julga serem salvadoras de si e dos demais encontra sua desgraça, a queda do mundo que pensava ter controle (Szondi, 2004, p. 89). Sua rigidez, seu comportamento de a ninguém dar ouvidos leva-o à desmedida, à insolência, como os gregos diziam, ὕβρις.

Entre o Odisseu e Filoctetes, Sófocles insere o personagem de Neoptólemo⁷. O jovem vive entre dois planos que se apresentam a ele, de um lado Odisseu e sua maquinaria mental sempre pronta ao engano e lucro, de outro, Filoctetes, que encerra valores de honra e amizade. Oscila entre estes polos, se assim possa dizer. Se dividíssemos a tragédia em duas partes pareceria que na primeira delas, Neoptólemo se alinha com Odisseu, mas precisamos matizar a questão, pois, nos parece que mesmo cedendo, seu espírito não está de todo ao lado de Odisseu. Pois diz, “As palavras que me afligem ouvir, filho de Laertes, também detesto praticá-las, pois não fui feito para praticar nenhum artifício sórdido, nem eu mesmo nem, como dizem aquele que me gerou” (*Filoctetes*, vv. 86-89). Revela-se aqui o caráter de Neoptólemo e sua essência, φύσις, não deveria permitir agir fazendo uso da astúcia.

Tal é o universo trágico elaborado por Sófocles em seu *Filoctetes*. Podemos dizer ser uma tragédia da linguagem, do λόγος, pois, o debate que o autor coloca em cena gira em torno dos argumentos a serem utilizados, sua natureza, eficácia e valor. Discussão que nos traz o universo da política em Atenas no V século a.C., onde a palavra-diálogo assumia um local de peso na vida política. Um tipo de palavra eminentemente humana, profana e sempre passível de contra argumentação (Detienne, 2013, p. 13). Podemos entrever o espaço e sentido da política nas seguintes palavras de Neoptólemo:

Neoptólemo: Aos homens a sorte dada pelos deuses é necessário suportar. Mas a quantos que por vontade própria estão em aflições, como tu, a esses nem, é justo que se tenha indulgência nem que alguém os lamente. Tu te tornaste selvagem, e não acolhes um conselheiro, e se alguém te adverte falando com benevolência, odeias como a um inimigo, considerando-o um opositor (*Filoctetes*, vv. 1316-1321).

Fica evidente o espaço que o humano constrói para si. E a partir de suas problemáticas procura uma resposta também propriamente humana. Não negando o plano dos deuses e

⁷ O texto deixa entender que missão que cumpre indo à Lemnos trata-se de sua iniciação no mundo guerreiro, e por consequência iniciação no mundo dos humanos homens adultos.



mesmo sua soberania. Este pensamento que toma as questões do homem a partir de si é propriamente a reflexão política. A partir da tragédia *Filoctetes* podemos iluminar este universo de ação.

Tendo em mente que a Tragédia Grega possui laços estreitos com a pólis, sendo mesmo uma instituição da cidade, um drama ao colocar em cena o debate sobre a natureza da palavra, sobre as formas da ação humana, certamente tocou de forma sensível os atenienses reunidos no teatro de Dioniso. O que vemos no *Filoctetes* é uma encenação que diz respeito à pólis e o convívio neste local. Tanto Odisseu e Filoctetes aparecem como modelos que não devem ser seguidos. O primeiro nega um princípio da política e democracia ateniense, pois, ao falar a partir de argumentos enganosos e as escondidas, vai contra ao que os gregos concebiam como $\epsilon\acute{\kappa}$ τὸ μέσον, algo que é posto ao centro e passível de discutir-se sobre. O segundo, Filoctetes, ao exceder limites, manter-se inflexível, ou seja, incorre na ὑβρις. Esta desmedida contraria o espaço da política, pois este é onde os cidadãos devem estar dispostos a ouvir e considerar argumentos contrários.

Na Tragédia Grega vemos o trinfo dos valores da cidade isonômica. No *Filoctetes* os vemos consubstanciados no personagem Neoptólemo. O filho de Aquiles mesmo aliando-se a Odisseu, mostra-se em certa medida contrário àquele tipo de ação, e no decorrer do drama rompe com os argumentos astuciosos de seu mestre.

Talvez seja interessante pensarmos em uma característica do momento em que a Tragédia Grega é criada. Como aponta François Hartog (Hartog, 2004, p. 97), entre o final do século VI e no decorrer do V século a.C. os gregos erigiram uma imagem de si em oposição aos chamados bárbaros, cristalizados na figura do persa⁸. O principal traço a dar singularidade aos gregos é que estes vivem na pólis, a partir de um tipo específico de convívio, a política e estão sob o jugo de leis comuns, aplicáveis a todos, o que chamavam por ἰσωνομία. Aqueles considerados bárbaros estão no lado oposto do espectro, existem subjugados pelo poder tirânico de eminentes dinastias familiares onde um rei soberano os controla em todos os aspectos. O convívio na pólis, vivendo sob normas a que todos respeitam não era, na visão

⁸ O período corresponde às Guerras Medo-Pérsicas, quando gregos e “orientais” se enfrentaram no Mediterrâneo. Do ponto de vista helênico, os primeiros a defenderem a liberdade e o segundo a querer impor regimes tirânicos. A obra de Heródoto, *Histórias* narra o conflito e suas causas.



grega, algo do conhecimento do outro, do bárbaro. Neste momento cria-se a visão do mundo heleno civilizado, onde humanos vivem em pequenas comunidades, pólis, onde a lei aplica-se a todos aqueles considerados cidadãos, e por sua vez, temos a imagem do bárbaro, humanos que parecem sempre a meio passo de uma condição asselvajada.

Pensamos ser possível empreender uma leitura do *Filoctetes*, de Sófocles a partir do universo político da cidade isonômica e daquilo que os gregos julgavam ser o ideal de convivência, ou seja, a cidade existe na medida da participação do corpo cívico que a habita. Pois, para além da materialidade do espaço citadino, a pólis se define por um tipo de conduta específica, a já mencionada participação dos cidadãos nos desígnios da cidade, desta maneira pode-se afirmar que a cidade-estado é o concreto dos cidadãos na ação pública⁹.

Em suma, o *Filoctetes* leva à cena um debate sobre a natureza da participação dos cidadãos na pólis. Neste drama vemos personagens construírem argumentos a partir de pontos de vista que diferem entre si, e é ao concerto entre estas concepções antagônicas que se deve chegar. O impasse tem de ser resolvido por argumentos, através da persuasão da palavra, a *πειθώ* para os gregos. Com efeito, este era o ideal da convivência política na pólis, algo que para os antigos helenos os diferenciava de outros povos que conheciam, constituindo de certa forma uma marca identitária de si em relação ao outro. Obviamente não podemos tomar a representação que os gregos elaboram de si e dos outros enquanto reflexo exato do real, mas em determinada medida há pontos de referências que se evidenciam no plano concreto das relações sociais, pois para além de qualquer constructo mental que os gregos tenham criado, a pólis e o tipo de convivência que ela engendra foi uma realidade de um momento específico da história da antiga Hélade.

Para encerrarmos nossa apreciação podemos esclarecer o seguinte ponto, não é possível afirmarmos que Sófocles ao escrever o seu *Filoctetes* tenha pensado especificamente na prática política da cidade, talvez nem mesmo seja uma questão pertinente de ser colocada. Nossa reflexão deve estar em outro ponto, ou seja, a política, em outras palavras, o universo da pólis constituía como que um referencial comum entre o tragediógrafo e sua plateia,

⁹ Vemos tal pensamento já no poeta Alceu, que viveu entre a segunda metade século VII e primeira do VI a.C., afirmando ser a pólis não muralhas e ou moradias tão somente, mas o homens que a compõe (Fr. 426 Lobel-Page). No V século a.C. Tucídides em sua História da *Guerra do Peloponeso* (VII, 77.7), faz Nícias dizer “É que a pólis são os cidadãos e não as muralhas nem os barcos viúvos de homens.



possibilitando assim o entendimento. Em suma, é dizer que ao evocar os problemas na convivência na cidade-estado, Sófocles possuía os referenciais da práxis política para compor sua obra, referenciais partilhados pelos demais cidadãos. O que nos permite dizer que na Tragédia Grega a política e suas questões eram debatidas.

Referências

ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DETIENNE, Marcel. Os mestres da verdade na Grécia arcaica. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FINLEY, Moses. Democracia antiga e moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Os Gregos Antigos. Lisboa: Edições 70, 2002.

HARTOG, François. Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

MEIER, Christian. De la Tragédie Grecque comme Art Politique. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SÓFOCLES. Filoctetes. Edição bilíngue, tradução, introdução e notas Fernando Brandão dos Santos. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

SZONDI, Peter. Ensaio sobre o Trágico. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. Ensaio sobre a Mobilização Política na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Le Miroir Brisé. Paris: Les Belles Lettre, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e Tragédia na Grécia Antiga. São Paulo: Brasiliense, 1988.